



A Revolução de Outubro e o superpoder comunista¹

Christian Laval

Uma reflexão sobre o comunismo não pode deixar de interrogar a respeito da história do comunismo ou, mais exatamente, dos comunistas, bem como a respeito daquilo que, nesta mesma história, hoje, hipoteca o porvir do comunismo. Se este porvir hoje se encontra confiscado pelo neoliberalismo, tal confisco se deve, em grande parte à maneira com que o passado comunista bloqueia os possíveis futuros. Ou então – e aqui eu retomo uma fórmula proposta por Enzo Traverso em uma entrevista recente – « a rebelião não pode apostar na amnésia »². Podemos nos prolongar um pouco mais a este respeito ao afirmar: se um comunismo ainda é possível, ele não pode apostar na amnésia. E, especialmente, não pode se esquecer daquilo que realmente foi a impostura pseudosoviética do sistema de poder nos países ditos do « socialismo realmente existente ».

O que devemos entender por « poderes comunistas »? Estamos nos referindo a formas de autogoverno da maioria, ou seja, de instituições democráticas que assegurem, em todos os níveis, que a maioria não será dominada nas relações de poder por uma pequena oligarquia, por uma nova classe de dirigentes, por um aparelho burocrático? Ou estamos, pelo contrário, a falar de organizações, de partidos, de Estados que se proclamam comunistas e exercem o poder absoluto sobre a sociedade em nome do proletariado ?

Faz-se imperativo retornarmos àquilo a que chamamos de « A Revolução de Outubro », que suscitou esperanças imensas e desilusões igualmente importantes. « Todo o poder aos soviets ! » Através desta palavra-de-ordem, os bolcheviques tomaram o poder. Poderíamos ver nestes « soviets » ou « conselhos » a quintessência da instituição comunista que assegura à maioria dos operários e camponeses o poder efetivo, ao mesmo tempo legislativo e executivo. Mas, como bem o sabemos ou bem o deveríamos saber, *não foi isto o que aconteceu*, uma vez que será o partido social-democrata bolchevique, transformado em partido comunista em 1918, que exercerá efetivamente o poder ditatorial, desde a guerra civil até o fim da União Soviética. O poder dito « soviético », que foi sendo construído ao longo do Século XX, foi um poder não somente não-soviético mas perfeitamente *anti-soviético*, se desejarmos nos ater ao termo específico

¹ Tradução de Gabriel Lopes Pontes.

² Jean Birnbaum, « Enzo Traverso; *La lucidité d'un «vecu»* », *Le Monde*, sexta-feira, 23 de Dezembro de 2016.



« soviético » no seu sentido autêntico. O uso deste termo é, indubitavelmente, a própria essência da mentira que foi o comunismo burocrático de Estado desde a Revolução de Outubro até o fim do Século XX.

O comunismo histórico, aquele que foi realizado e que os historiadores registram como o comunismo do Século XX, foi um comunismo muito particular do partido-Estado ou do Estado-partido. Haverá alguns que se expressariam de maneira ainda mais polêmica e, assumindo o oximoro, falariam em termos de um « comunismo de caserna ». Este comunismo burocrático de Estado não tem grande coisa a ver com o comunismo heróico de Marx e Engels mas, sobretudo, distinguiu-se radicalmente das formas de auto-organização que foram desenvolvidas no curso da revolução russa durante o ano de 1917, dentre as quais há algumas que ainda perduraram alguns anos num processo múltiplo em si mesmo.

Este abismo entre o comunismo burocrático de Estado e o comunismo teórico de Marx e Engels, que visava à dissolução progressiva do Estado através da adoção de novas formas de auto-governo das sociedades, enodoa o próprio nome de « comunismo ». É preciso estar consciente disto para não se deixar embevecer por belas histórias retrospectivas. Isto torna ainda mais problemática uma pura e simples retomada do « projeto comunista » hoje, sobretudo na medida em que nos atemos a este termo, e sobretudo na medida em que insistimos em utilizar o termo comunismo no singular e não no plural. E, além disto, ao invés de falarmos da hipótese comunista, como o faz Badiou, seria necessário que falássemos de uma hipoteca comunista. O termo « hipoteca » é aqui empregado no seu sentido político: « obstáculo que impede a realização de determinada coisa »³. Aquilo que impede de agora em diante, qualquer atraso no cumprimento do comunismo “à moda antiga », é precisamente a forma estática estatal, ou mais exatamente hiper-estatal que adquiriu no século XX. Poderíamos chamar esta forma o « superpoder » do Estado-partido comunista, tomando de empréstimo a Foucault o termo de « superpoder » que designa a soberania absoluta e ilimitada do *Ancien régime*.

Sustentar a tese da hipoteca comunista do superpoder estatal implica em duas condições. Primeiramente, é preciso compreender como o comunismo chegou a este retrocesso estatista, não nos contentando em transformar explicações em justificativas como frequentemente se faz. Em segundo lugar, é preciso se perguntar quais são as novas práticas políticas, as experimentações, as elaborações

³ Cf. *Dictionnaire Le Robert*.



téóricas que hoje buscam sustentar, prática e teóricamente a hipoteca do superpoder comunista.

A questão do partido, quer se trate do partido da insurreição armada ou do partido da conquista progressiva do poder, é decisiva na medida em que nos interessamos pelos « poderes comunistas ». O que foi longamente negligenciado e hoje já não o pode ser, é aquilo que poderíamos chamar de *o risco* do partido, ou, melhor ainda, de *o perigo* do partido para o próprio comunismo, com isto querendo nos referir à maneira através da qual a organização, construída para ser o instrumento da tomada do poder, se volta contra o projeto de autogoverno da sociedade, dando nascença a um aparelho que controla politicamente a sociedade e favorece sua saturação estatal. Esta questão do partido, de sua ligação com o Estado, constitui a dimensão principal da hipoteca do superpoder comunista.

Os trotskistas quiseram ver na tomada de poder por Stálin uma reversão contra-révolutionária à qual eles chamaram analógicamente um « Termidor ». *Grosso modo*, o modelo explicativo era aquele de uma progressiva burocratização do partido e do Estado sob o efeito de um recuo mundial da revolução. Além disso, é assim que Lênin, em seu « testamento » analisava a desgenerescência do poder diante da qual, adoecido, ele permaneceu desamparado e impotente⁴.

Não devemos, portanto, esquecer que este famoso « Termidor » stalinista havia começado bem antes, pela fetichização do partido de vanguarda, herança da social-democracia alemã teorizada por Kautsky. Todas as medidas que conduziram à monopolização do poder pelo partido, e sobretudo por sua direção e seu aparato, foram, portanto, fatores de desgenerescência, como já haviam percebido certo número de revolucionários lúcidos, destacando-se à frente de todos Rosa Luxemburgo. O partido não foi somente burocratizado a partir de seu interior, ele substituiu muito rapidamente as formas soviéticas propriamente ditas, e, num sentido mais amplo, às formas muito diversas de autogoverno da sociedade, às quais ele esvaziou de toda efetividade ao colonizá-las e burocratizá-las, a tal ponto que o termo « soviete » ou « soviético » perderá completamente seu significado original de « conselho », ou seja de instituição de um poder popular⁵. Esta burocratização do partido e dos soviéticos marchou de passos dados com de uma

⁴ Cf. Jean-Jacques Marie, *Lênin, La revolution permanente*, 2011.

⁵ Como demonstra Marc Ferro, existiam múltiplas instituições de poder popular, nascido sempre espontaneamente nas fábricas e bairros. Cf. Marc Ferro, *Soviets au comunisme bureaucratique*, Gallimard, 1980.



administração hipercentralizada, de um hiper-Estado, de uma gigantesca máquina burocrática da qual o partido é, ao mesmo tempo, o centro e o duplo.

Frequentemente imputamos às circunstâncias este fenômeno de substituição e de burocratização, à guerra civil, ao caos no qual se encontrava mergulhada a Rússia, à fragilidade da classe operária, às tradições russas, e sobretudo ao fracasso das revoluções européias nas quais os dirigentes soviéticos haviam depositado toda sua esperança. Evidentemente, o processo de degenerescência não se devia exclusivamente aos bolcheviques, ou ao seu chefe Lênin. Ele próprio tinha tendência à imputar a degenerescência administrativa ao longínquo passado da burocracia russa. Trotski, que se recusou a tecer qualquer crítica do bolchevismo antes de 1917, o quis interpretar pela curva descendente da revolução. Sem dúvida que um partido sozinho não é responsável por tudo que acontece, nem mesmo do pior, mas pode contribuir para tanto. Pois, nem tudo se deve às circunstâncias. Aquilo a que chamamos de « a tragédia do comunismo » refere-se também ao triunfo da forma-partido, e às relações estreitas entre esta forma e a ascensão do Estado burocrático. O que não havia levado em conta a concepção leninista do partido, e do que Lênin estava moralmente obrigado a se dar conta quando já era tarde demais, eram a gestação dos modelos administrativos, a força dos esquemas estatais, e, até mesmo, a lógica absolutista em que se inscreviam, pelo menos de forma germinal, na *forma do partido* – e isto desde antes da revolução. As críticas ao partido « jacobino » feitas por Trotski em 1904, depois mais tarde por Luxemburgo, sem falar dos ataques de todos os « moderacionistas » opostos ao bolchevismo, não sublinharam suficientemente que a forma leninista do partido nada mais era do que a exarcebação tirânica de um centralismo que se calcava sobre a forma do Estado e que continha todas as derivações burocráticas que Lênin e Trotsky puderam constatar desde o começo dos anos 1920, sem que pudessem fazer nada a este respeito.

A interpretação da Comuna de Paris

A Comuna de Paris é a cena original da revolução comunista, ainda mais que a revolução de 1848. Dois textos inscritos nas conjunturas particulares tiveram força de lei teórica na tradição marxista: *A guerra civil na França*, comunicação dirigida ao Conselho Geral da Associação Internacional do Trabalho de 30 de maio de 1871, redigida por Marx⁶ e *O Estado e a revolução*, de Lênin, redigido em agosto

⁶*La Guerre civile en France* é um texto redigido por Marx mas é estatutariamente uma comunicação ao conselho geral da Associação Internacional do Trabalho de Maio de 1871.



de 1917. Estes dois textos forneceram a interpretação dominante da Comuna no marxismo e tiveram uma certa influência sobre o destino do comunismo.

Ao que se deve atribuir o significado histórico da Comuna? À sua criatividade histórica, responderia Marx, e, mais precisamente, à invenção de uma forma de poder operário que permitia a emancipação do proletariado. Marx exalta a Comuna de Paris por ter descoberto a forma política da emancipação econômica da classe operária. Para Marx, o maior sucesso da Comuna foi a forma de poder que ela inaugurou. Aos seus olhos, esta foi a primeira revolução que entendia não como « tomar a máquina mas reduzi-la a escombros ». Os *Communards* inventaram um poder que traz inscrito em seu princípio de funcionamento a dissolução do Estado enquanto instrumento opressivo e repressivo separado da sociedade. Esta revolução prolétaria demonstra que a « classe operária não pode pura e simplesmente tomar posse da máquina do Estado já pronta e a fazer funcionar por sua própria conta »⁷. Neste sentido, a Comuna era a última das revoluções em termos de data, mas a primeira das revoluções a romper com a história das revoluções.

Mas, o que quer dizer destroçar a máquina estatal empregando o Estado como instrumento de repressão? Significa que existe a necessidade de um *Estado*, ou seja a coerção de uma classe sobre a outra, mas que este Estado se trata de um Estado totalmente novo, e até mesmo paradoxal, de um Estado que apodrece mercê da atividade política das massas. O « verdadeiro segredo », explica Marx, é que a Comuna é o « governo da classe operária ». O ponto-chave da leitura de Marx é o de que a Comuna foi uma « revolução contra o Estado » pela extensão da democracia, pela intensificação da vida política. O que há de novo na Comuna é a maneira através da qual se vale a classe operária para assegurar sua dominação política. Ela o faz pela via da mais larga participação das massas na atividade política, ela controla os funcionários eleitos e revogáveis, ela arma o povo. E sobretudo, a Comuna sempre liga estreitamente a atividade democrática do povo à emancipação econômica do proletariado. Ambas caminham par a par, nutrem-se uma da outra. « Sem isto, escreve Marx, a constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perenização de sua escravatura social »⁸.

O conteúdo da ação da Comuna é a auto-emancipação do proletariado: ele se libera de suas cadeias pelas medidas que ele próprio toma. Esta emancipação

⁷ *La Guerre civile en France*, p. 151, nota 1, texto reproduzido in Daniel Bensaid (éd) *Inventer l'inconnu, Textes et correspondance autour de la Commune*, La Fabrique, 2008.

⁸ *Ibid.*, p. 160.



econômica não é somente o objetivo da política proletária, ela é própria condição para a sua existência. A política operária cria suas próprias condições de possibilidade, até mesmo as condições do desdobramento de sua própria atividade política, do auto-governo. É a pedra de toque da Comuna de Paris. O comunismo é a « colocação em ação » do autogoverno, do “governo do povo pelo povo”⁹.

Quais as lições da Comuna dentro da tradição marxista?

O que deve se conservar da experiência da Comuna? Sua criatividade ou seu fracasso? Marx exalta a forma democrática da Comuna, mas critica sua falta de decisão, a ausência de um centro político e militar necessário na guerra civil. Ele lamenta que os *Communards* não tenham compreendido que eles deveriam exercer uma ditadura imediata ao invés de se concentrar no desenvolvimento de formas democráticas. Ele lamenta, por exemplo, numa carta à Kugelmann, datada de 12 de abril, que « o comitê central (da guarda nacional) tenha abandonado cedo demais o poder, cedendo o lugar à Comuna.»¹⁰. Esta é a principal censura que fará Marx à Comuna: não ter lançado mão da coerção e repressão de maneira mais decidida. Este ponto é essencial. Pois, escudado por esta censura, ele não explicitou a questão-chave: como a ditadura do proletariado, sobretudo em período de guerra civil, pode instituir as formas democráticas do auto-governo? Após Marx, a literatura marxista verá a Comuna menos como uma invenção democrática do que como uma falha. Estas falhas sociais-democratas e bolcheviques identificarão como a falha do partido enquanto órgão de « tomada do poder ». A lição política a ser aprendida com a Comuna não é mais a forma original do poder operário, mas a falha de um órgão da tomada do poder e da ditadura.

A censura de Marx, que mais uma vez se dirige apenas a um aspecto das lições a tirar da insurreição parisiense, vai assim fundar uma interpretação massivamente *deficitária* da Comuna de 1871. A doutrina ulterior fixará como um dogma este único aspecto do comentário marxista: faltou-lhe um partido capaz de se aproveitar do momento oportuno, de tomar as decisões econômicas urgentes, de centralizar e coordenar as ações militares durante a guerra civil, de tomar as medidas repressivas que se impunham para acelerar e salvar a revolução. É dedutível por extensão que, na luta revolucionária, mesmo fora de períodos de insurreição e guerra civil, as massas sempre precisam ser enquadradas, dirigidas, educadas por um partido. Kautsky, e depois dele Lênin, cada um à sua maneira,

⁹ *Ibid.*, p. 166.

¹⁰ *Ibid.*, p. 254.



desenharão uma teoria do *partido dirigente* trazendo para a classe a consciência de sua missão e do conhecimento político que lhe falta. Kautsky e Lênin seguiram à risca os passos de Engels, que havia tirado, desde 1895, no seu famoso prefácio à reedição das *Lutas de classes na França*, uma conclusão estratégica particular, virando as costas à forma insurrecionista da revolução. Ele insistia sobre a necessária condução do processo político pelo partido. Para ele, o porvir está confiado “ao *único* grande exército internacional dos socialistas, progredindo sem cessar, crescendo a cada dia em número, em organização, em disciplina, em clarevidência e na certeza da vitória. »

Mas o texto mais influente na tradição marxista foi o famoso *Que fazer?* (1902). Lembramo-nos de sua denúncia do economismo e do espontaneísmo operário, assimilado ao trade-unionismo. Lembramo-nos menos de sua crítica do “democratismo”, quer dizer do controle da base sobre os dirigentes do partido, incompatível a seus olhos com uma organização de revolucionários profissionais. Esta crítica do democratismo encontra um eco, muitos anos mais tarde, numa outra brochura de Lênin onde ele ataca diretamente a Comuna. Em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (1905), ele sublinha as carências de sua direção e conclui: a Comuna « foi um governo *como não deve ser o nosso* » (grifos de Lênin). Pelo menos, as coisas estavam ditas claramente. Lênin, conseqüente consigo mesmo, devotou quase inteiramente sua vida militante no exílio à construção duma vanguarda de profissionais dirigida por uma pequena elite de revolucionários.

A questão das lições que se deve tirar da Comuna será recolocada quando da revolução russa, e chegará mesmo a ser recolocada diretamente por Lênin no partido bolchevista em um momento crucial. Retivemos o Lênin das *Teses de abril* e sobretudo de *O Estado e a revolução*¹¹. Doze anos mais tarde, o julgamento a respeito da Comuna parece ter se invertido completamente, de negativo tornou-se positivo. O parágrafo 9 das *Teses de Abril* apresenta o que Lênin chama « nossa reivindicação de um Estado-Comuna » definido numa nota como o « Estado que a Comuna de Paris preconfigurou ». É a este respeito, o que não é anódino, que ele propõe trocar o nome do partido que, de social-democrata, deverá se tornar partido *comunista*¹². Partido *comunista* significa, portanto, para sua pena e naquele momento específico, « partido que quer a criação do Estado-comuna », ou seja,

¹¹O sub-título desta obra de Lêniné : “A doutrina do marxismo a respeito do Estado e as tarefas do proletariado na revolução”.

¹²O partido social-democrata russo (bolchevique) torna-se, efetivamente, partido comunista em Março de 1918.



como ele precisará no capítulo III de *O Estado e a revolução*, partido da « demolição da máquina do Estado » e da criação de novas instituições estatais.

O programa das *Teses de Abril* é, portanto, notável naquilo que parece assimilar do desenvolvimento da forma soviética da revolução russa à Comuna. « Todo o poder aos soviets » quer então dizer (e Lênin é preciso quanto a isto) : supressão da polícia, do exército e da burocracia Estatal como um todo. Trata-se de uma mudança de direção meramente tática? Toda obra de Lênin pretende demonstrar o contrário. Lênin quer reestabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado como instrumento de dominação e de exploração da burguesia, e isto em um momento (entre Julho e Agosto de 17) em que ele combate os « conciliadores pequeno-burgueses », os mencheviques e os socialistas-revolucionários que querem ver, na forma parlamentar de Estado, um meio de conciliar as classes sociais, mas também no interior do comitê central, todos aqueles que estiverem dispostos a fazer perdurar uma situação de duplo poder. Incontestavelmente, a obra que se propõe a ser um enfoque teórico tem também um escopo conjuntural, o que fica ainda mais evidente, vez que é no seu próprio partido que as tendências conciliatórias e cautelosas¹³ estavam potentes.

Mas o que representa a Comuna para ele, naquele momento? Sua interpretação não valoriza os órgãos de auto-controle ou a intensidade das atividades das massas, ela destaca o caráter supostamente *saint-simoniano* da Comuna. Traz à baila a experiência política de Engels desenvolvida nitidamente em *O Anti-Dühring* e que identifica a extinção do Estado na famosa substituição do “governo dos homens pela administração das coisas”. O Estado não é « abolido », ele se extingue, explica Engels, porque não mais haverá necessidade de *governar*, será suficiente *administrar* a sociedade que terá se tornado semelhante a uma empresa. O problema do poder se reduz, portanto, àquele da direção das operações de produção. Lênin chega mesmo a identificar o poder à uma administração, e mais precisamente à uma administração que exerce um triplo papel de controle, de contabilidade e monitoramento da produção e da repartição dos recursos. Sem necessidade de relações de comando: as funções de gestão serão cumpridas pelos proletários no contexto de uma economia na qual os meios de produção são propriedade do Estado. Lênin sublinha que, felizmente, as funções indispensáveis de monitoramento e de contabilidade foram simplificadas e mecanizadas ao ponto em que a população menos qualificada (a famosa “cuisinière” – pessoas que

¹³ Cf. Alexander Rabinowitch, *Les bolcheviks prennent le pouvoir, la révolution de 1917 à Petrograd*, La fabrique, 2016.



desempenham trabalhos mais rudimentares) poderá muito rapidamente delas se ocupar. A gestão por todos da economia e do Estado, eis a definição do poder proletário. Lênin já não mascara mais que, os soviets terão um papel na disciplinarização da mão de obra numa “sociedade que, como um todo, não será mais do que um único escritório ou uma única oficina, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.” E ele acrescenta : “Aqui, *todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados. *Todos* os cidadãos tornam-se os empregados e os operários *de um único* « *cartel* » do povo inteiro, do Estado. A meta é conseguir com que eles exerçam um esforço igual, cumpram exatamente uma cota de trabalho igual e recebam um salário igual.” Numa segunda fase do comunismo, sequer continuará havendo necessidade de controle, todos terão incorporado a necessidade de se auto-disciplinar. A atividade dos soviets, como vemos, está reduzida a uma mera tarefa técnica de administração da vida econômica e de monitoramento do trabalho. Resumindo, a definição de Lênin reduz os soviets, estas instituições de auto-governo comunista, a órgãos da administração do Estado incorporados a uma grande empresa.

A política, por outro lado, é o negócio do partido, e mais particularmente de sua direção. Segundo Lênin, o partido organiza a classe em classe dominante no Estado. Organizar a classe operária em classe dominante quer dizer que o partido operário, esclarecido pela ciência do marxismo, tem uma função de educação e de direção. “Ao educar o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado capaz de tomar o poder e conduzir o povo enquanto um todo, rumo ao socialismo, de dirigir e de organizar um regime novo, de ser o *educador*, o *guia*, e o *chefe* de todos os trabalhadores e explorados para organização de sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia.” Na realidade, este partido educador se atribui o monopólio da atividade política. É ele o único é capaz de tirar da experiência política os ensinamentos que lhe cabe transmitir à classe operária com vistas à sua educação. A questão é saber se, esta visão do novo Estado saint-simoniano é semelhante à lição que Marx tirou da Comuna. Sem dúvida, o próprio Marx sofreu a influência do saint-simonismo. Há traços manifestos disto no seu texto sobre *A Guerra Civil*. Portanto o que chama atenção no seu comentário é o valor que ele atribui à atividade política da massa da população. O proletariado não está confinado às tarefas técnicas de gestão, ele faz política, e para tanto não tem necessidade de um partido dirigente. Lênin, no calor da luta, não teve tempo de escrever o capítulo anunciado de *O Estado e a revolução* que deveria consagrar à experiência das revoluções russas de 1905 e 1917. É justamente o capítulo faltante do leninismo, aquele das conclusões teóricas a serem tiradas da revolução. A menos



que o « testamento » de Lênin e suas últimas advertências ao Comitê central, em 1923, já tenham constituído a substância mesma do seu pensamento. Se os leninistas tiraram ensinamentos da Comuna, quais as lições que se pode tirar do Outubro?

A experiência da revolução

O processo revolucionário não se reduziu à preparação da insurreição do outono de 1917. Contrariamente à lenda, a revolução social precede à revolução política e não o inverso. Após as jornadas de 26 e 27 de Fevereiro, surge uma situação de « duplo poder » entre o comitê provisório da Duma, dominada pelos liberais e o soviete de Petrogrado. A revolução dita « de Fevereiro » não é somente uma revolução burguesa conduzida pelos liberais, ela não se limita ao conflito entre a Duma burguesa e o soviete dominado pelos mencheviques. Estes órgãos estão mais ou menos de acordo quanto a tomar as medidas liberais contra a autocracia, mas foram ultrapassados e submersos pela espontaneidade das massas. A primavera de 1917 assiste à eclosão de novas instituições e o despertar de antigas instituições, todas independentes dos partidos e mesmo dos sovietes formados por deputados controlados pelos partidos: comitês de usinas compostos de delegados de oficinas, comitês de bairro, comitês de imóveis, milícias, guardas vermelhas, sindicatos, cooperativas. O processo revolucionário assume espontaneamente as formas de um auto-governo generalizado em todos os níveis da sociedade, como já havia sido o caso, de maneira mais embrionária, em 1905. É um discurso imenso que surge subitamente, uma insurreição nutrida das reivindicações as mais diversas, de exigências democráticas no contexto do trabalho, de ocupações fabris e de práticas de autogestão nas fábricas, de um questionamento generalizado da hiérarquia, em particular nos exércitos, de partilha das terras nos campos, revelando toda a força das reivindicações da democracia agrária, de reivindicações das nacionalidades oprimidas pelo centralismo czarista. Sem palavra-de-ordem dos partidos ou dos sindicatos, sempre hostis, indiferentes ou alheios, um verdadeiro poder popular autônomo se desenvolve criando suas próprias instituições, à parte do governo provisório e do soviete dos deputados controlados pelos partidos. A Conferência dos comitês fabris de Petrogrado ou a Conferência inter-bairros ou, ainda, a Guarda Vermelha são exemplos disto¹⁴. Percebemos, e este ponto é digno de atenção, mesmo que ele tenha sido pouco destacado, o processo que já se encontrava em gestação na *kommouna*. A partir de Fevereiro e muito além de

¹⁴ Marc Ferro, *op.cit.*, p. 88-89



Outubro, o termo de « comuna » designa cidades, regiões (se falará em termos da comuna laboral de Petrogrado, por exemplo), e às vezes até mesmo dos serviços municipais. O mundo é convidado a tornar-se « a comuna mundial »¹⁵. Quanto aos campos, a *kommouna* torna-se atraente à medida em que cresce.

Lênin, aderindo às análises de Trotski sobre a revolução permanente, compreende que a emergência espontânea de comitês e de sovietes operários, militares e camponeses, testemunham fatalmente que a fase dita « burguesa » da revolução havia passado, que era preciso romper com o governo provisório que queria continuar a guerra. Os eventos de Maio lhe dão razão com o alinhamento dos socialistas e dos socialistas-revolucionários à política de continuação da guerra. Esta desemboca num desastre, com os soldados desertando às centenas de milhares face à ofensiva alemã de Julho. Após as hesitações dos bolcheviquesno, começo de Julho, as forças da contra-revolução se organizam. Kornilov é derrotado em Agosto, os bolcheviques aparecem como os salvadores da revolução. O problema muito prático que se impõe a Lênin e aos bolcheviques é o seguinte: os sovietes são dirigidos pelos “democratas pequeno-burgueses” que não desejam se apartar do poder pois estão à espera da eleição da Constituinte. É preciso, portanto, forçar a mão do destino, impor como fato consumado a tomada do poder revertendo-se o governo provisório. « Todo poder aos sovietes » parece indicar um certo esvanecimento do partido por trás dos órgãos supostamente autônomos da revolução, mas a insurreição, tal como Lênin a concebe e o revelam suas cartas de Setembro de 17, não é a tomada de poder pelo soviete de Petrogrado. O poder deve retornar a um governo revolucionário conduzido pelo partido. A carta de 12 de Setembro afirma claramente : « os bolcheviques devem tomar o poder ». Sobretudo, não é preciso esperar o congresso dos sovietes onde, neste meio-termo, os bolcheviques adquiriram a maioria, é preciso agir sob a cobertura dos sovietes. « Tomar o poder » e « todo o poder aos sovietes », não é a mesma coisa, como bem testemunha o 25 de Outubro, o estabelecimento de um governo do

¹⁵ Nós tomamos estes elementos de empréstimo de Eric Aunoble, “*Communisme tout de suite!*”, *Le mouvement communal en Ukraine soviétique (1919-1920)*, Les nuits rouges, 2008. O termo *kommouna* parece, inclusive, ter sido importado para a Rússia bem antes da revolução de 1905, uma vez que os estudantes e os jovens intelectuais que viviam juntos nos mesmos alojamentos chamavam a esta prática « viver em comuna ». Cf. Trotsky, *Ma vie*, Livre de poche, 1970, p. 128.



conselho dos comissários do povo, dirigido por Lênin, que não emana em nada do congresso dos soviéticos e só é validado pelo próprio Lênin¹⁶.

Lênin e Trotski, contra Kamenev e Zinoviev que se opunham à tomada de poder pela via de um golpe, tiram suas próprias conclusões da teoria *deficitária* da Comuna de Paris. Um centro de decisão é necessário para desencadear a insurreição contra o legalismo que permite que a contra-revolução se desenvolva. Este centro é o partido, mais especificamente o órgão dirigente do partido, o comitê central, e até mesmo o líder do partido que, neste caso, se encontra bastante sozinho.

Partido e soviete? Quem vai comandar? Formalmente, o soviete. Esta é a razão pela qual a Constituinte é dissolvida em Novembro de 1917. Não há nenhuma necessidade de uma assembleia eleita por sufrágio universal, uma vez que os sovietes são o suposto órgão da democracia real¹⁷. Mas a realidade do poder será assegurada pelo partido ou, mais exatamente, pelo duo formado pelo partido e pelo governo dos comissários do povo, dois poderes extremamente centralizados e até mesmo muito personalizados. Lênin preside o conselho dos comissários do povo e Sverdlov o partido¹⁸. Os sovietes são subordinados ao partido, da mesma forma que, muito rapidamente, os sindicatos reduzidos a escritórios burocráticos. O governo composto pela estreita elite do partido decide tudo. O partido não cessará de se centralizar com a criação de um escritório político restrito em 1919. O partido assimilou uma grande parte dos membros mais ativos dos sovietes, mas a massa do partido na melhor das hipóteses não faz mais do que delegar as funções efetivas de controle, de vigilância, de registro aos sovietes de base, estes mesmos rapidamente burocratizados e administrados pelos novos funcionários (*apparatchiki*). As instituições populares autônomas (comitês fabris ou de bairros) são, por seu turno, colonizadas pelo partido bolchevique e perdem sua autonomia em questão de meses. O partido torna-se o único *lugar* onde se pode, teoricamente, ter lugar um debate político. Mas, a proibição das tendências no X Congresso em 1921 e o recrutamento de pessoas pouco preparadas, que dependem, para sua nomeação, e seu avanço no novo aparato do Estado, de sua fidelidade à hierarquia do partido, praticamente impedirá que este desempenhe seu papel. A oposição operária que

¹⁶A maneira através da qual Lênin e Trotsky constituem o novo governo totalmente de improviso é um fato histórico particularmente significativo, que evidencia como as instituições de poder popular foram colocadas à margem.

¹⁷ Como demonstra Marc Ferro, os sovietes muito cedo foram colonizados pelos partidos e pelos responsáveis dos sovietes dos deputados operários não são operários mas pequeno-burgueses ou burgueses membros dos partidos socialistas.

¹⁸ Jean-Jacques Marie, *op.cit.*, p. 289.



defendia os princípios democráticos está liquidada, os marujos de Cronstadt esmagados. Em suma, bem antes do stalinismo, o partido foi privado da atividade política das massas, dos movimentos de opinião, dos movimentos de opinião, dos debates da sociedade, ao mesmo tempo em que se constituía uma camada de membros permanentes, separados de suas classes de origem. Ao fim e ao cabo, a ditadura do partido se impõe, e o próprio partido se encontra inteiramente sob o comando de um pequeno núcleo que controla inteiramente o aparelho e exerce sua ditadura sobre a massa dos membros do partido. Quanto à Internacional comunista, ela muito cedo será submissa a uma « bolchevização » conduzida à partir do centro, desde a cabeça do partido comunista russo.

Desde o começo do processo desta ditadura do partido sobre a sociedade, em Março de 1918, Rosa Luxemburgo critica a política dos bolcheviques. Para ela, os bolcheviques « obstruem a fonte viva da qual poderiam surgir as correções para as imperfeições congênitas das instituições sociais. A vida política ativa, enérgica, sem entraves, da grande maioria das massas populares »¹⁹. Ao restringir a vida política pela interdição da liberdade da imprensa e da liberdade de associação, pela prática do terror, o governo interrompe a progressão da revolução que supõe a experiência política direta das massas²⁰. E é somente pela via da liberdade política - « a liberdade é pelo menos a liberdade daquele que pensa de maneira diferente » - que o socialismo pode avançar²¹. Ao contrário, acrescenta ela, a teoria da ditadura segundo Lênin e Trotski supõe que o partido sabe de tudo com antecedência e pode impôr tudo. Ora, não existe socialismo sem inventividade democrática. Conclusão: a participação ativa das massas populares, muito além das tarefas de controle e de recenseamento da produção segundo o modelo saint-simoniano de Lênin, é uma condição para que a revolução se desenvolva: « A única via que conduz a uma renascença é a própria escola da vida pública, uma democracia muito larga, sem a menor limitação à opinião pública »²². Sem estas liberdades o « poder dos soviets » é uma concha vazia, ou mesmo um logro. Em uma palavra, a revolução não será salva a não ser pela liberdade política a mais larga, ou seja, pela mais completa e radical democracia. A democracia socialista não começa muito depois da revolução como a se fosse a terra prometida. Ela começa imediatamente, desde o

¹⁹ R.Luxemburg, « Larevolutionrusse », in *Oeuvres II*, Petite collection Maspéro, 1969, p.79

²⁰ R.Luxemburg, *ibid.*, p. 82.

²¹ *Ibid.*, p. 83.

²² *Ibid.*, p. 84.



eclozir da revolução. A crítica luxemburguiana tem o grande mérito de relacionar as formas institucionais, a atividade política real e a marcha da revolução concebida como experiência coletiva e processo de auto-educação das massas. Ela tem também o mérito de dizer que a revolução comunista não é uma anulação pura e simples das formas da democracia burguesa, mas o desenvolvimento da vida política no exterior como também no interior destas formas. A democracia socialista acrescenta, não subtrai nada. E, sobretudo, a revolução não consiste na substituição de uma instituição política como a Constituinte por órgãos técnico-econômicos. O socialismo é a política exercida por todos.

A revolução de Outubro não abre um novo capítulo da política. Ela o fecha. Após uma fase de improvisação total, em questão de alguns meses os soviets, de órgãos políticos que já estavam vivos durante a revolução, tornam-se órgãos mais administrativos que políticos. Não é o Estado burocrático que se extingue, como previsto, é o auto-governo que se resseca, seus órgãos tornando-se rodas nas mãos de novos membros permanentes, cada vez mais enraizados ao partido. Os bolcheviques restabeleceram a ordem ao reconstruir o Estado, impondo a uma sociedade fraturada aquilo que Lênin chama de o « princípio do Estado » pela coerção e o terror. E este Estado se impõe ao fazer crer na existência de uma identidade entre o partido, a classe e as instituições desta classe. Tudo está dito a partir do momento em que Lênin, em 1920, lança a equação « classe proletária = partido comunista russo = poder dos soviets », ou, melhor ainda, quando ele afirma: « O Estado somos nós ». Moshe Lewin resumirá a obra dos bolcheviques falando em termos de uma « empresa frenética de construção do Estado »²³.

Lênin acabará por reconhecer que o antigo aparato estatal se reconstituiu, e para pior, pois a proliferação burocrática de uma amplitude nunca igualada na Rússia se mostra ineficaz. Em 1917, Lênin, como já foi dito, concebe os soviets como órgãos de recenseamento, de controle e de repartição, ou seja : de administração. A partir de 1918, ele repetirá em diversas ocasiões: « nós não sabemos administrar, é preciso ingressar na escola da burguesia a fim de adquirir a ciência da administração ». Em 1920, uma vez que o conflito está aberto com os sindicalistas que recusam a militarização do trabalho, ele constatará francamente : « cada operário saberá administrar o Estado? As pessoas práticas sabem que isto é uma fábula »²⁴. A revolução foi um fracasso neste ponto fundamental e Lênin foi

²³ Cf. Nicolas Werth, *La Terreur et la désordre, Staline et son système*, Tempus, 2007, p. 55.

²⁴ *Ibid.*, p. 200.



lúcido o bastante para o constatar, sem, no entanto, tirar as consequências teóricas e práticas. Em 1918, ele tinha deixado de ver nos soviets as instituições do poder revolucionário²⁵. Foi Trotski quem melhor soube ver aquilo que eles poderiam ser. No começo dos anos 20, o único resultado que prevê é resignar-se ao estabelecimento de um capitalismo de Estado autoritário e ditatorial. A interdição do pluralismo político no interior e no exterior do partido, como na Internacional comunista, preparou não um « progresso da civilização » como ele ainda acredita em 1923, mas uma regressão formidável na história do movimento operário. Como escreveu Eric Hobsbawm, «Quando a nova República Soviética emergiu de suas provações, foi para perceber que tinha tomado um rumo muito distante daquilo que Lenin pensara na Estação Finlândia », em abril de 1917²⁶.

Conclusão

A tragédia do comunismo histórico no século XX deve-se em grande parte ao fato de que o instrumento de tomada de poder, o partido, se instalou duravelmente como o centro político da sociedade, como o foco da ortodoxia, como um bloco idealmente monolítico, como um exército disciplinado liderado por um centro fetichizado. Monolitismo este que levou à eliminação dos próprios bolcheviques antigos quando dos expurgos de Stalin.

Nos países capitalistas, esta figura do partido dirigente tal como foi construída no final do século XIX, não sobreviveu aos anos 70. Nós vivemos o declínio da forma do partido. O que está emergindo é uma redefinição completa das formas de atividade política, uma reinvenção das formas democráticas. Essa efervescência multifacetada gira hoje em torno do conceito de comum. Que é, poderíamos dizer, uma aspiração para um novo comunismo, na condição de que por esta palavra seja entendida qualquer teoria que, na história, se refira ao comum. Com a condição de especificar que, se houver um novo comunismo, este passe uma risca sobre o comunismo burocrático de Estado cuja falência no início do século XXI é agora total. O leninismo concluiu sua trajetória. Uma nova era abriu, a do "princípio do comum".

A questão da organização política, no entanto, permanece aberta. Não devemos abandonar-nos a mitos espontaneistas, a encantamentos de motim, à suposta violência espontânea das massas enfurecidas. Em vez disso, sempre

²⁵ Cf. Jean-Jacques Marie, *op.cit.*, p. 102.

²⁶In Eric Hobsbawm, *L'ère des extrêmes*, André Versaille éditeur/ Le Monde diplomatique, p. 97.



devemos levantar a questão do partido ou, antes ainda, da organização em relação às demandas democráticas do governo autônomo. O que está em jogo, em escala europeia e global, é a coerência entre os meios e o objetivo, a unidade de princípio das formas da luta e as formas de poder que desejamos. Em suma, o que está na agenda é a implementação do autogoverno nos movimentos sociais, nas organizações de luta e nas instituições políticas às quais as forças políticas alternativas irão aderir. Nossa era não é mais a dos "trabalhadores, camponeses e conselhos militares" do século XX. A instituição que, desde a década de 1990, se apresenta como um horizonte alternativo, é chamada de comum, uma instituição que não pode ser totalmente definida *a priori*, para além das experiências através das quais se torna precisa e enriquecida. Toda a nossa atenção deve, portanto, ser voltada para o que está sendo inventado ou reinventado hoje em todo o mundo, em direção a uma forma institucional baseada no princípio democrático segundo a qual a única obrigação é a deliberação e a decisão coletiva.